

1. Contexto operacional

A Santa Helena Energia S.A. (“Companhia”), é uma Companhia por ações de capital fechado, constituída em 17 de maio de 2010, localizada na Rodovia GO-325, KM 16, à direita 4 KM, Rancho Ypê, Município de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás e tem como objetivo a implantação e operação da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH YPÊ.

Em 06 de fevereiro de 2014, foi outorgada a Portaria n.º 46, pelo Ministério de Minas e Energia, para exploração do potencial hidráulico na modalidade de produtor independente de energia, pelo prazo de 35 anos. A Companhia tem capacidade instalada de 30 MW, e tem 86,53% de sua garantia física comercializada no ambiente regulado - ACR, através do 16º Leilão de Energia Nova, realizado em 29 de agosto de 2013 e o restante, 13,47% de sua garantia física são liquidados no ambiente de comercialização livre - ACL.

A PCH YPÊ possui três Unidades Geradoras de 9,133MW e uma de 2,6MW. As Unidades geradoras de 9,133MW obtiveram seu despacho de operação comercial em 02 janeiro de 2018 e a Unidade Geradora de 2,6MW teve sua autorização para operar comercialmente em 16 de março de 2018.

No ano de 2022, a PCH Ypê teve 100% de sua capacidade produtiva apta à operar. O montante gerado em 2022 perfaz 74% de sua garantia física, tendo em vista a disponibilidade hídrica abaixo do esperado, a vazão afluente realizada performou apenas 63% da média histórica. Do tempo total de operação 13% foi investido em manutenção preventiva e apenas 4,24% em manutenção corretiva, o que demonstra uma excelente confiabilidade para geração de energia.

Com relação ao mercado de energia, a Companhia comercializou em média 16,7 MW no ambiente regulado e 2,60 MW no ambiente livre, sendo este valorado ao Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) e negociado bilateralmente durante todos os meses do ano. Importante ressaltar o impacto de redução do PLD em aproximadamente 80% quando comparado ao esperado para o ano em função dos níveis, mais que satisfatório, do reservatório.

1.1. Impactos da pandemia nas demonstrações contábeis da Companhia

Em 2022, a segurança e saúde ocupacional seguiu como uma das prioridades da companhia, zelando pela qualidade e segurança do ambiente de trabalho, inclusive na manutenção e atualização periódica dos protocolos visando mitigar o risco de contaminação pela Covid-19.

Os colaboradores retornaram as atividades presenciais gradativamente durante o ano de 2022, de acordo com as medidas de segurança recomendadas pelas autoridades de saúde

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

No âmbito comercial, os clientes estão 100% adimplentes, tanto no ACL (contratos de compra e venda no mercado livre) como no ACR (contratos de compra e venda no mercado regulado). Muito contribuiu para a total adimplência as diversas medidas adotadas pelo Poder Executivo, MME - Ministério de Minas e Energia e ANEEL visando a mitigação dos efeitos da COVID-19.

Portanto, de acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devessem ser registrados nas demonstrações contábeis da Companhia e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia que justificariam mudanças nas conclusões destas demonstrações contábeis. A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as divulgações necessárias.

1.2. Continuidade operacional

A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Portanto a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A aprovação da Administração para conclusão e emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ocorreu no dia 29 de março de 2023.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

Base de preparação

i. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

ii. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

iii. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis, provisão para créditos duvidosos, imposto de renda e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais premissas da Companhia relativas às fontes de incerteza, em virtude das quais estimativas futuras podem resultar em valores diferentes após a liquidação são apresentadas a seguir:

- **Nota Explicativa nº 10** - Vida útil e *impairment* do ativo imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 20** - Valor justo de Instrumentos financeiros.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)**

iv. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

A receita é mensurada com a base no valor justo de contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre a venda ou prestação de serviço. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita.

i) Reconhecimento de receita

A receita deve representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços à clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumpri as obrigações de desempenho. Pelos novos requerimentos do CPC 47, a receita somente pode ser reconhecida quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

iii) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas e despesas operacionais são reconhecidas na demonstração do resultado pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros em curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

ii) Custo amortizado

Custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os custos amortizados (inclusive valores a receber de clientes) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de não ser possível recuperá-lo.

Em 2022 e 2021, o montante da perda por *impairment* foi mensurado pelo método Valor Justo Líquido de despesa de venda. O Valor Justo Líquido de despesa de venda corresponde ao montante a ser obtido pela venda de um ativo imobilizado deduzido das despesas estimadas de venda.

iv) Não reconhecimento/(baixa) de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra Companhia. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado. As transferências de ativos (cessão de crédito) são efetuadas, principalmente para partes relacionadas.

d) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou pelo valor de custo amortizado, empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

i) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

ii) Não reconhecimento/(baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

e) Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Administração avaliou que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e não teve impacto em suas demonstrações contábeis.

A Companhia aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções:

- i) Definição de contrato de arrendamento na transição:** a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2);
- ii) Contratos de curto prazo ou com prazo remanescente em 1º de janeiro de 2019 igual ou inferior a 12 meses:** a Companhia reconheceu os pagamentos de arrendamentos associados a estes arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo destes;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor: a Companhia reconheceu os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo do arrendamento; e
- iv) Aplicou taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

Adicionalmente, a Companhia é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

f) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e têm seu valor líquido registrado no resultado como outras receitas.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados, quando aplicável, apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii) Depreciação

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada, mas não pela redução ao valor recuperável. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

g) Intangível

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e testados sempre que houver indicação de perda de valor recuperável. O período e o método de amortização de ativos intangíveis com vida definida são revistos no mínimo no final de cada exercício. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas devido a mudanças no período ou método de amortização, sendo tratadas como mudanças nas estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com o uso dos ativos intangíveis.

Ativos intangíveis basicamente compreendem software.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor de seus ativos tangíveis e intangíveis, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, conforme critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos and IAS 36 - *Impairment of Assets*. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

i) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE)

A Companhia fez a opção para participar do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes deste mecanismo. As contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

j) Repactuação Risco Hidrológico

O governo sancionou a Lei nº 13.203/2015 e a ANEEL a Resolução Normativa nº 684/2015 que tratam da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. A Companhia aderiu a repactuação do risco hidrológico, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100).

k) Licenciamento ambiental

As licenças ambientais da Usina da Companhia estão todas válidas. Os programas básicos ambientais estão em linha com os seus cronogramas de execução e atendendo as condicionantes ambientais de suas licenças.

l) Provisões

Provisões são registradas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou implícita perante terceiros decorrente de um evento passado, e esta obrigação pode ser estimada de forma confiável, e quando é provável que uma saída de recursos representando benefícios econômicos será exigida na sua liquidação. Provisões são registradas de forma a refletir as melhores estimativas de valores exigidos para liquidar a obrigação ao final de cada período, considerando os riscos e incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

i) Provisão para contingências

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de tributos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Quando o resultado das perdas for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os passivos relacionados no período em que o valor definitivo for determinado.

m) Tributação

Regime de tributação Lucro Real

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram, quando existente, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes utilizadas no cálculo do lucro tributável.

Os impostos diferidos ativos são revistos quanto a sua recuperabilidade no final de cada exercício. Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia registra provisões para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração da Companhia.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apurados com base nas taxas fiscais que se espera estar vigente no período em que o passivo for liquidado ou o ativo for realizado.

n) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)**

Exceto quanto ao imposto de renda diferido, os demais ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25);

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato;

b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado

Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado;

c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020

Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo;

d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15

Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

p) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2022

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 - trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26:
 - a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, e acredita que não terá efeitos relevantes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e Banco conta Movimento	278	88
Aplicações financeiras	10.555	4.106
	10.833	4.194

Composto por caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata dentro de três meses ou menos e com risco imaterial de mudança em seu valor de mercado. Investimentos de curto prazo referem-se a operações de depósitos a prazo e de taxa de juros fixas vinculadas à taxa de Depósitos Interfinanceiros (DI) a 100%; e fundo de investimento refere-se a cotas de fundo de investimento, não exclusivas vinculadas a operações de valores mobiliários e financeiras com variação mensal indexada a Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com o objetivo de retornar à rentabilidade que varia de 96% a 110% do CDI. Esses investimentos são classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.

5. Contas a receber de clientes

	2022	2021
Clientes Mercado interno - Contratos	3.752	4.101
Clientes Mercado interno - Livre	388	232
	4.140	4.333

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

O saldo do contas a receber por vencimento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
A vencer		
Até 30 dias	3.086	3.319
De 31 a 90 dias	903	830
 Vencidos		
Acima de 30 dias	151	184
	<u>4.140</u>	<u>4.333</u>

Refere-se ao valor de venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. Quando aplicável, a Companhia constitui provisão para perdas esperadas e com base na sua política interna.

6. Outros ativos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Celg Distribuidora S.A.	3.932	8.222
Outros	93	127
	<u>4.026</u>	<u>8.349</u>
 Circulante	4.026	4.778
Não circulante	-	3.571
	<u>4.026</u>	<u>8.349</u>

Refere-se ao valor de restituição da Companhia Celg Distribuidora S.A. pela construção da subestação Ipeguari. Valores compostos devido a ativação da operação da PCH, que não possuía subestação viável para conexão da energia gerada.

A Companhia firmou um termo de compromisso junto a concessionária, com o objetivo de construir a subestação em tempo hábil, na condição de ser ressarcida posteriormente, conforme termos do contrato.

7. Conta corrente intragroup e mútuo a pagar

Em 26 de julho de 2017, os acionistas celebraram contrato de mútuo, através da Amparo Energia Investimentos e Participações Ltda. ainda em consequência do atraso na liberação de recursos financeiros pelo BNDES no valor de R\$ 18.000, sem incidência de juros, para garantir o caixa projetado até a conclusão das obras da PCH YPÊ.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Em 2021 foram realizados pagamentos relacionados ao intragroup no montante de R\$ 7.918 mil.

Movimentação dos saldos de conta corrente intragrupo:

▪ **Conta corrente intragroup:**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo no início do exercício		7.918
Recebimento	-	-
Recebimentos / (Pagamentos)	-	1.894
Baixa do conta corrente intragroup mediante - Redução de capital (Nota 16)	-	(9.812)
Saldo no final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

▪ **Obrigação a pagar - redução de capital:**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Amparo Energia Investimentos e Participações Ltda.	5.751	13.229
Ana Maria Veroneze Beira	-	62
Waldir Beira Junior	-	33
Antônio Ricardo Beira	-	33
Jorge Eduardo Beira		33
(Nota 16)	<u>5.751</u>	<u>13.390</u>

8. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis e sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

A composição da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outras provisões temporárias	1.667	2.701
Prejuízo fiscal	218	217
	<u>1.884</u>	<u>2.918</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

A movimentação de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo no início do exercício	2.918	3.500
Constituição		-
Reversão	(1.034)	(582)
Saldo ao final do exercício	<u>1.884</u>	<u>2.918</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados sobre o lucro tributável às alíquotas aplicáveis, sendo em geral 25% para Imposto de Renda e 9% para Contribuição Social (taxa composta de 34%).

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social (LAIR)	9.580	5.858
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas pela legislação vigente	3.257	1.992
Outros efeitos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre adições	(878)	(605)
	<u>2.379</u>	<u>1.387</u>

9. Contas em garantia e vinculadas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos conta movimento - retido	732	121
Aplicações financeiras em garantia - retido em banco	7.730	7.216
	<u>8.461</u>	<u>7.337</u>

Aplicações financeiras em fundos DI cedidos em garantia ao financiamento de longo prazo (BNDES) via uma conta *escrow* controlada pelo administrador Banco Santander (Brasil) S.A.

SANTA HELENA ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

10. Imobilizado

Custo do imobilizado bruto	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e obras civis	Máquinas e equipamentos	Servidões	Material em depósito	Adiantamento fornecedores e entrega futura	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	404	471	13.781	92.668	35.585	113.948	345	572	614	258.387
Adições	-	3.526	-	-	-	-	-	132	499	4.156
Baixas	(37)	-	-	-	-	-	-	-	(1.113)	(1.150)
Transferências	189	(3.839)	-	3.421	109	120	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	556	158	13.781	96.089	35.694	114.068	345	703	-	261.394
Depreciação acumulada										
Saldo em 31/12/2021	(59)	-	-	(8.140)	(4.324)	(14.491)	-	-	-	(27.015)
Adições	(35)	-	-	(2.106)	(1.082)	(3.677)	-	-	-	(6.899)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	(94)	-	-	(10.246)	(5.406)	(18.168)	-	-	-	(33.914)
Saldo Líquido em 31/12/2021	345	471	13.781	84.527	31.261	99.457	345	572	614	231.372
Saldo Líquido em 31/12/2022	462	158	13.781	85.843	30.288	95.900	345	703	-	227.480
% médio de depreciação	6,25 à 7,29			2,24	2,8 a 2,91	2,8 à 3,19				

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

a) Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia determina a vida útil com base no manual de controle patrimonial do setor elétrico (CPSE”) conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL.

b) Redução ao valor recuperável de ativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia avaliou e não identificou indicativos de desvalorização de seus ativos, não identificando necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, ativos recém adquiridos/construídos dentre outros.

11. Fornecedores

Refere-se a contas a pagar a fornecedores basicamente de mercadorias e serviços, sem a incidência de encargos financeiros:

	2022	2021
Fornecedores - mercado interno	1.461	1.898
	<u>1.461</u>	<u>1.898</u>

12. Empréstimos e financiamentos

	2021	Pagamentos	2022
BNDES (Santander) 2,65% a.a. + TJLP	106.384	(5.679)	100.705
Ano de vencimento: 2038			
Circulante	6.699		6.842
Não circulante	99.685		93.863
	<u>106.384</u>		<u>100.705</u>

As parcelas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2022	2021
Ano de vencimento		
2022	-	6.699
2023	6.842	6.699
2024	6.842	6.699
	6.842	6.699
A partir de 2025	73.337	72.889
	<u>93.863</u>	<u>99.685</u>

Operação com o BNDES

Em 20 de dezembro de 2016, foram firmados entre Santa Helena Energia S.A. e o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) contrato de financiamento, mediante abertura de crédito e de cessão fiduciária de direitos creditórios nº 16.2.0698-1 no montante de R\$ 113.565 com o propósito de:

- **Subcrédito "A"** - destinado à implantação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Ypê, com capacidade instalada de 30MW, localizada nos municípios de Santa Helena de Goiás e Tuverlândia, no Estado de Goiás, e do sistema de transmissão e conexão associado. O montante total do repasse foi no valor de R\$ 86.007, sendo R\$ 311 referente a correção;
- **Subcrédito "B"** - destinado à aquisição dos equipamentos necessários à execução da PCH Ypê. O montante total do repasse foi no valor de R\$ 27.304;
- **Subcrédito "C"** - destinado a investimentos sociais, no âmbito da comunidade, diversos dos estipulados no processo de licenciamento ambiental para a implantação da PCH Ypê. Montante a ser liberado de R\$ 565.

Em 15 de dezembro de 2017, o contrato foi aditado mantendo o montante de R\$ 113.565 com o remanejamento no Subcrédito "B" para o Subcrédito "A" no valor de R\$ 17.066, com isso o Subcrédito "A" assume o novo valor de R\$ 85.696 (anterior R\$ 68.630) e o Subcrédito "B" o novo valor de R\$ 27.304 (anterior R\$ 44.370).

a) Cláusulas restritivas - "*Covenants*"

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- i. A interveniente Amparo Energia Investimentos e Participações Ltda. ("Amparo Energia") dá ao BNDES em penhor de primeiro e único grau, a totalidade de suas ações atuais e futuramente detidas, de emissão da Santa Helena e quaisquer outras ações representativas do capital social que venham a ser subscritas ou adquiridas pela mesma interveniente Amparo Energia até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no presente contrato;
- ii. Cessão fiduciária dos direitos dos contratos de comercialização de energia e ambiente regulado (CCEARs) celebrados com distribuidoras de energia, na forma do 16º leilão de energia nova ("Leilão A-5/2013"), e de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pela Santa Helena no ambiente de contratação livre ou no ambiente de contratação regulada. Cessão fiduciária dos direitos emergentes até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas em contrato;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- iii. Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (contas garantias vinculadas) - vide Nota Explicativa nº 8;
- iv. Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,20 vezes, durante o período de amortização (aplicável a partir de 16 de julho de 2018). Adicionalmente, a Companhia, não atingiu o mínimo 1,20 no exercício de 2022, com um índice de 1,10, no entanto, em 28 de dezembro de 2022 o BNDES autorizou a extinção da obrigação de cumprimento de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida mínimo de 1,20, relativo exclusivamente ao exercício de 2022, prevista no Inciso XV da Cláusula Décima Segunda do Contrato de Financiamento; e
- v. Seguro garantia dos principais fornecedores.

Waiver pelo não cumprimento de acordo contratual (*covenant*)

A Companhia não atingiu o limite mínimo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) de 1,20 no exercício de 2022, sendo este um limite contratual restritivo (*covenant*) associado a um empréstimo bancário com o BNDES. A Companhia obteve um *waiver* pelo não atingimento do *covenant* em 28 de dezembro de 2022, no qual o BNDES autorizou a extinção da obrigação do cumprimento do ICSD de 1,20, relativo exclusivamente ao exercício de 2022, prevista no Inciso XV da Cláusula Décima Segunda do Contrato de Financiamento. A extinção da obrigação de manutenção de ICSD não se estende à condição contida no alínea “f” da Cláusula Décima do Contrato de Financiamento, que estabelece como uma das condições de Conclusão do Projeto o atendimento do ICSD de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), com base em um período correspondente ao pagamento de 12 (doze) prestações consecutivas de amortização da dívida decorrente dos Subcréditos “A” e “B” do Contrato de Financiamento, cuja aferição deve ser imediatamente anterior à Conclusão do Projeto.

No entendimento da Administração da Companhia, exceto pelo indicado acima, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

13. Impostos e contribuições a recolher

	2022	2021
CSLL a recolher	22	-
COFINS a recolher	198	228
PIS a recolher	41	47
Contribuição social sobre lucro líquido a recolher	18	23
Outros	15	16
	295	314

14. Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém transações comerciais usuais com partes relacionadas, que consistem em importações e exportações de insumos de produção, produtos acabados, realizadas estritamente em condições acordadas entre as partes.

Transações com partes relacionadas

Em 2022 e 2021, a Companhia possuía as seguintes partes relacionadas:

Empresas do Grupo:

- Tix Participações e Administração Ltda. (i);
- Química Amparo Ltda. (ii);
- Amparo Energia Investimentos e Participações Ltda. (iii).

Pessoas Físicas (sócios):

- Ana Maria Veroneze Beira;
- Waldir Beira Júnior;
- Antonio Ricardo Beira; e
- Jorge Eduardo Beira.

- (i) Em 2015, a Companhia assinou contrato de prestação de serviços de administração, contábeis, financeiros, gestão de ativos e de recursos humanos, de consultoria e correlatos junto a TIX Participações e Administração Ltda. O contrato por tempo indeterminado será reajustado anualmente todo dia 1º de agosto de cada ano conforme índice de correção de salários estabelecido pelo sindicato dos funcionários da contratada. Ao final do exercício de 2022, a Companhia possuía saldos a pagar para Tix no montante de R\$ 181 (R\$ 141 em 2021) e o total reconhecido em despesas foi de R\$ 1.912 (R\$ 1.764 em 2021);
- (ii) Em 2016, a Companhia assinou contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 16.2.0698.1 com BNDES e a Química Amparo Ltda. assinou como interveniente;
- (iii) A Amparo Energia Investimentos e Participações Ltda. detém 99% do capital da Companhia, além de ser a interveniente no contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 16.2.0698.1 com BNDES.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, os acionistas deliberaram conforme previsto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76 por permanecer sem remuneração a Administração no período.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)**

15. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia tem parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrente do curso normal de operações envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, não possuía processos prováveis de perda a serem provisionados ou processos possíveis para serem divulgados.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até solução dos litígios em que estão relacionados. Os saldos de depósitos judiciais estão classificados na rubrica de “Depósitos judiciais” no ativo não circulante, sendo compostos como segue:

	2022	2021
Depósitos Judiciais - ISSQN (a)	-	5.887
Total	-	5.887

- (a) Em 26 de maio de 2022 a Companhia assinou o termo de desistência do Processo de número 5146961-57.2021.8.09.0142 de acordo com o art. 5º da Lei Municipal nº 3.147/2022 realizando a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS junto Prefeitura de Santa Helena de Goiás referente ao ISSQN - Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía passivos relacionados a contingências que necessitassem ser divulgados ou provisionados.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é composto por 142.878.808 ações ordinárias nominativas. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. A Amparo Energia Investimentos e Participações Ltda. detém 99% do capital social da Santa Helena Energia S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Quotistas	Quantidade de ações	Participação (%)
Amparo Energia Investimentos e Participações Ltda.	141.450	99
Demais sócios	1.429	1
	142.879	100

Redução de Capital

Em 2021, a Companhia realizou a redução de capital, com restituição parcial do valor das ações aos acionistas, limitado aos valores efetivamente pagos pela CELG D nos referidos termos citados no Parágrafo Terceiro, do Contrato de Financiamento Mediante abertura de Crédito nº 16.2.069.1, de 20 de dezembro de 2016, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a Companhia e a controladora Amparo Energia, os acionistas, deliberaram, com fundamento no artigo 174 da Lei nº 6.404/76 e na Cláusula Décima Terceira, Parágrafo Terceiro, do Contrato com o BNDES, a redução no montante de R\$ 23.202 mil.

A seguir é demonstrado o saldo a liquidar referente a Redução de capital:

Descrição	2021
Liquidação da conta corrente intragroup (Nota 7)	9.812
Obrigação a pagar - Redução de capital	13.390
	23.202

b) Reserva legal

É constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto, na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.

c) Reserva para retenção de lucros

As reservas de lucros são feitas em contas próprias e fazem parte do Patrimônio Líquido da Companhia, segundo o art. 182 da Lei nº 6.404/76.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

A Administração encaminhará para apreciação da Diretoria da Companhia em reunião a ser realizada até dia 28 de abril de 2023, a proposta da destinação dos lucros do exercício de 2022.

d) Distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício. A Administração deliberará sobre a destinação dos dividendos em Assembleia Geral.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório é demonstrado a seguir:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	6.167	3.889
(-) Absorção de prejuízos acumulados	-	(2.354)
(-) Reserva legal	(308)	(77)
	5.859	1.458
(x) Percentual definido na 6404/76	25%	25%
(=) Dividendo mínimo obrigatório	1.465	365

17. Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita operacional		
Contrato - Geração Própria	31.734	28.644
Mercado Livre	7.768	13.838
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(3.654)	(3.930)
Total	35.848	38.552

18. Despesas administrativas e gerais

	2022	2021
Serviços de terceiros operacional	(4.016)	(2.958)
Depreciação e amortização	(6.898)	(6.843)
Despesas suprimento de energia	(8.340)	(17.157)
Seguros	(330)	(322)
Serviços de terceiros administrativo	(1.949)	(1.764)
Despesas de viagens, hospedagens e refeições	(120)	(97)
Telefone	(149)	(127)
Legais e judiciais	(70)	(164)
Tributárias	(18)	(18)
Demais gastos	(1.396)	(647)
Total	(23.286)	(30.097)
Custo dos serviços prestados	(20.767)	(27.804)
Despesas administrativas e gerais	(2.519)	(2.293)
Total	(23.286)	(30.097)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

19. Resultado financeiro líquido

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.270	430
Juros ativos	5.140	3.954
Descontos obtidos	-	3
Outras receitas financeiras	59	398
Total	<u>7.469</u>	<u>4.785</u>
Despesas Financeiras		
Juros Passivos	(9.443)	(7.964)
I.O.F	(385)	(26)
Despesas bancárias	(350)	(2)
Outras despesas financeiras	(384)	(461)
Total	<u>(10.562)</u>	<u>(8.453)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u><u>(3.093)</u></u>	<u><u>(3.668)</u></u>

20. Instrumentos financeiros**Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado**(i) Risco com taxas de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia virem a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)**

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para gerenciar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, em condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou em risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais que 3 anos
Saldos em 31 de dezembro de 2022			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 4)	10.833	-	-
Fornecedores (Nota nº 11)	1.461	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota nº 12)	6.842	6.842	87.021
Saldos em 31 de dezembro de 2021			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 4)	4.194	-	-
Fornecedores (Nota nº 11)	1.898	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota nº 12)	6.699	6.425	93.260

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

(e) Instrumentos financeiros por categoria

	2022	2021
Ativos		
Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 4)	10.833	4.194
Passivos		
Mensurados ao Custo amortizado		
Fornecedores (Nota nº 11)	1.461	1.898
Conta corrente intragroup (Nota nº 7)	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota nº 12)	100.705	106.384

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo. Utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis):

	2022		
Ativos circulantes	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e Bancos	278	-	-
Aplicações financeiras	-	10.555	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Ativos circulantes	2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e Bancos	88	-	-
Aplicações financeiras	-	4.106	-

A Companhia não deteve durante o exercício findo em 2022, instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

(f) Qualidade dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada, conforme segue:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** a Companhia mantém os depósitos bancários em instituições financeiras reconhecidas;
- **Contas a receber:** referem-se, basicamente, a vendas para terceiros e partes relacionadas. O risco relativo a transações com partes relacionadas é considerado baixo. Com relação a vendas para terceiros, a Companhia possui procedimentos e controles para analisar o crédito dos clientes a cada transação de venda e determinar os limites de créditos concedidos aos seus clientes.

(g) Análise dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido por meio de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são os habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB e classificadas como custo amortizado, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

A classificação dos ativos e passivos financeiros na Companhia são apresentadas a seguir:

	2022		2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	10.833	10.833	4.194	4.194
Conta corrente intragroup	-	-	-	-
Contas a receber e outros ativos	8.166	8.166	12.682	12.682
Passivo				
Fornecedores e outras contas a pagar	2.061	2.061	1.986	1.986
Redução de capital a liquidar	5.751	5.751	13.390	13.390
Empréstimos e financiamentos	100.705	100.705	106.384	106.384

(h) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, financiamentos e empréstimos. Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram que fossem apresentados mais dois cenários, sendo apresentado neste caso, cenários com deterioração e apreciação das taxas em 25% (cenário I) e 50% (cenário II) da variável do risco considerado, além dos cenários prováveis. Abaixo, são considerados dois cenários de taxas de juros, apreciação e depreciação, com os respectivos impactos nos resultados:

	2022	Taxa Atual	Cenário	Apreciação das taxas		Depreciação das taxas	
				Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Aplicações Financeiras - (Nota 4)	10.555	13,30%	1.404	1.755	2.106	1.053	702
Aplicações Financeiras - garantia/vinculadas (Nota 4)	8.461	12,30%	1.041	1.301	1.562	781	521
Empréstimos e financiamentos - (Nota 11)	(100.705)	9,85%	(9.919)	(12.399)	(14.879)	(7.439)	(4.960)

	2021	Taxa Atual	Cenário	Apreciação das taxas		Depreciação das taxas	
				Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Aplicações Financeiras - (Nota 4)	4.106	4,49%	184	230	276	138	92
Aplicações Financeiras - garantia/vinculadas (Nota 4)	7.337	2,95%	216	270	324	162	108
Empréstimos e financiamentos - (Nota 11)	(106.384)	7,97%	(8.479)	(10.599)	(12.719)	(6.359)	(4.240)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)**

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura do seguro contratada para incêndio e outros riscos, de bens do imobilizado foi renovada, mantendo o montante de R\$ 159.006 (R\$ 159.006 em 31 de dezembro de 2021).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22. Evento Subsequente

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.